



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 553684 - MG (2019/0381995-3)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : LARISSA LORRAYNE ALVES DE JESUS E OUTRO  
**ADVOGADOS** : GLAUBER HENRIQUE PEREIRA DE PAIVA - MG136690  
LARISSA LORRAYNE ALVES DE JESUS - MG193621  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : DANILO FERREIRA GONCALVES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em benefício de DANILO FERREIRA GONÇALVES, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no julgamento do HC n. 1.0000.19.159446-4/000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 20/11/2019 por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 333 do Código Penal (corrupção ativa). Referida custódia foi convertida em prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem em acórdão assim ementado:

*HABEAS CORPUS - CORRUPÇÃO ATIVA - PRISÃO PREVENTIVA - REVOGAÇÃO - PRESENÇA DOS ELEMENTOS ENSEJADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR - DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. A decretação da custódia cautelar, independentemente de qualquer providência cautelar anterior, apenas deverá ocorrer em situações absolutamente necessárias, a saber, caso se encontre provada a presença dos requisitos do art. 312 do CPP, quais sejam, risco à ordem pública, econômica, conveniência da instrução criminal ou para assegurar o cumprimento da lei penal, aliada às circunstâncias do art. 313 do CPP. Se o MM. Juiz fundamenta a decisão com as suas razões de decidir se sustentando em dados concretos dos autos demonstrando a necessidade da segregação, não há que se falar em constrangimento ilegal (fl. 78).*

No presente *writ*, a defesa alega que a decisão que decretou a prisão preventiva carece de fundamentação idônea. Sustenta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, ressaltando que o crime em questão não é cometido mediante violência ou grave ameaça.

Afirma que não é legítima a suposição de reiteração delitiva e que eventual reincidência não pode ser motivo para, por si só, impedir a aplicação de medidas alternativas à prisão, previstas no art. 319 do CPP.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, ainda que com determinação de alguma das medidas previstas no art. 319 do CPP.

O pedido de liminar foi indeferido às fls. 87/89, as informações prestadas às fls. 94/104 e 105/138 e o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* (fls. 141/145).

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração não deveria ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal – STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ. Passo à análise das alegações expostas na inicial tão somente para verificar se existe flagrante constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem de ofício.

Conforme relatado, busca-se no presente *writ* a revogação da prisão preventiva do paciente.

O Juízo de primeiro grau decretou a custódia cautelar do acusado, tendo a Corte estadual mantido a segregação sob os seguintes fundamentos:

*Registre-se que o Paciente foi preso em flagrante pela suposta prática do delito previsto no artigo 333 do Código Penal.*

*Nesse ínterim, tenho que, no caso em apreço, sem adentrar no mérito, existe prova da materialidade delitiva e indícios suficientes de autoria e, ainda, que o delito imputado ao Paciente é doloso e punido com reclusão.*

*Ademais, a decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva está satisfatoriamente fundamentada, nela não se vislumbrando qualquer vício capaz de ensejar a sua desconstituição, confira-se:*

(...) Trata-se de auto de prisão em flagrante delito noticiando a prática do crime de corrupção ativa. Em primeiro lugar, considerando que inexistem vícios formais ou materiais que venham a macular o presente auto de prisão em flagrante, tendo sido atendida a determinação do art. 304 do CPP, o HOMOLOGO, posto que formalmente em ordem. Neste ponto, quanto à denúncia de agressão sofrida, apesar do exame de corpo delito do conduzido apresentar lesões, havendo anterior discussão e “briga” oriunda da abordagem policial (entre conduzido e sua companheira), não verifico presente elementos suficientes para configuração da agressões por parte dos policiais condutores, registrando que o conduzido sequer narrou tal violação de direitos na DEPOL, quando já ouvido pela autoridade policial distinta da sua condução, devendo tais circunstâncias serem apuradas quando do inquérito e remessa de ofício à Promotoria de Direitos Humanos, sem vício neste APFD. Quando ao andamento da audiência de custódia, ao receber o auto de prisão em flagrante o juiz deverá, fundamentadamente, relaxar a prisão ou converter a prisão em flagrante em preventiva ou, ainda, conceder liberdade provisória. As medidas cautelares criminais encontram-se previstas nos arts. 311/312, 317 e 319, todos do CPP. Os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva estão enumerados nos artigos 282, caput, e incisos I e II, § 6º, 283, § 1º, 312 e 313, todos do CPP. Os indícios suficientes de prova da materialidade e autoria de DANILO FERREIRA GONÇALVES restaram demonstrados através do presente flagrante, notadamente mediante os relatos do condutor e testemunhas, além de objetos apreendidos (dinheiro e arma ofertados). Além desses requisitos básicos, devem estar presentes, outrossim, os fundamentos ensejadores da custódia preventiva: garantia da ordem pública ou ordem econômica, conveniência da instrução criminal; e/ou assecuração da aplicação da lei penal (art. 312 do CPP). No caso concreto, impõe-se a decretação da prisão do conduzido DANILO FERREIRA GONÇALVES para garantia da ordem pública. **A fotografia inicial materializada nos autos para subornar os agentes públicos, assentada, pois, a gravidade em concreto da conduta. Ainda, trata-se de reincidente, com processo**

criminal por tráfico de drogas e pronúncia por homicídio, comprovando sua periculosidade. A reincidência e passagem mencionada, somadas ao fato da realização do crime de corrupção ativa justamente para sua liberação pelos policiais demonstra que medidas cautelares distintas da prisão não são suficientes no caso do ora conduzido/flagrado, assim como a situação de emprego e residência fixa sustentadas pela defesa, circunstâncias que, por si só não afastam a gravidade do ato no contexto e histórico do flagrado. Com efeito, nestes termos, em liberdade há fortes indícios de que o autuado continuará a delinquir (Art. 282, inciso I, parte final, do CPP). Neste ponto, verifico que a medida da prisão é proporcional e adequada ao contexto fático dos autos (art. 282 do CPP). O tipo penal em questão estabelece pena privativa de liberdade e superior a 4 anos (art. 282, § 1º, CPP). No caso, conforme acima fundamentado, não é cabível a substituição da decretação da prisão do conduzido por outras medidas dentre as enumeradas no art. 319 do CPP, por serem inócuas, nos mesmos fundamentos específicos acima transcritos. O autuado não deve ser beneficiado com a aplicação das medidas alternativas, notadamente pelo fato de tal concessão tornar frustrada a ordem pública. Tampouco incide a hipótese do art. 317 do CPP. Ao impulso dessas razões, DECRETO a prisão preventiva de DANILO FERREIRA GONÇALVES. (...).

*É de se concluir, portanto, que a manutenção da prisão está devidamente justificada e fundamentada, pois presentes os requisitos necessários e ausentes quaisquer ilegalidades.*

*Impende consignar que de uma acurada análise da documentação acostada ao presente writ, infere-se que Danilo estava em gozo de liberdade provisória, quando da prática, em tese, do delito supracitado. Isso porque, no dia 29/08/2013, lhe fora concedida liberdade provisória em relação à prisão ocorrida no dia 27/08/2013 por suposta prática do delito previsto no artigo 33 da Lei nº 11.343/06.*

*De se ressaltar, ainda, que da Certidão de Antecedentes Criminais do Paciente extrai-se que o acusado ostenta sentença condenatória, transitada em julgado, pela prática dos delitos previstos nos artigos 298, inciso III, e 306, § 1º, inciso I, ambos do Código de Trânsito Brasileiro.*

*Não bastasse, há informação no sentido de que o Paciente responde a diversos outros processos.*

*Logo, existindo prova da materialidade e indícios suficientes da autoria delitiva e, como exposto, sendo necessária a custódia para garantir a ordem pública, não há que se falar em constrangimento ilegal.*

*Ressalte-se, por fim, que, apesar do caráter excepcional da custódia cautelar, reforçado pela Lei nº 12.403/11, não devem ser aplicadas quaisquer das medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, tendo em vista que nenhuma delas se revela necessária e adequada ao presente caso, bem como às condições pessoais do Paciente que se mostra contumaz na prática delitiva (fls. 81/83).*

O Superior Tribunal de Justiça – STJ firmou posicionamento segundo o qual, considerando a natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição e manutenção quando evidenciado, de forma fundamentada em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal – CPP.

Convém, ainda, ressaltar que, considerando os princípios da presunção da inocência e a excepcionalidade da prisão antecipada, a custódia cautelar somente deve persistir em casos em que não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, de que cuida o art. 319 do CPP.

No caso dos autos, verifico que a prisão preventiva foi adequadamente motivada, tendo as instâncias ordinárias demonstrado, com base em elementos concretos, a necessidade da segregação cautelar para resguardo da ordem pública, ante o risco de reiteração delitiva, porquanto o paciente é reincidente, ostentando inúmeros envolvimentos criminais, sendo, inclusive, pronunciado por homicídio e praticado o delito que lhe foi imputado quando em liberdade provisória pela prática do delito de tráfico de drogas.

Nesse contexto, forçoso concluir que a prisão processual está devidamente fundamentada na garantia da ordem pública, não havendo falar, portanto, em existência de evidente flagrante ilegalidade capaz de justificar a sua revogação.

A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS  
SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO.  
INADEQUAÇÃO. FURTO QUALIFICADO E  
COMUNICAÇÃO FALSA DE CRIME. PRISÃO EM  
FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA.  
SUPERVENIÊNCIA DA SENTENÇA CONDENATÓRIA.  
NÃO PREJUDICIALIDADE. GARANTIA DA ORDEM  
PÚBLICA. REITERAÇÃO CRIMINOSA.  
FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONSTRANGIMENTO  
ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. EXCESSO DE PRAZO.  
SENTENÇA CONDENATÓRIA. ALEGAÇÃO SUPERADA.  
HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

3. *Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.*

**4. No caso dos autos, a prisão cautelar foi devidamente fundamentada na necessidade de resguardar a ordem pública, em face da periculosidade do agente que já responde a outros processos (dois de furto qualificado e três de ameaça), de modo a se evitar a reiteração delitiva.**

5. *A prolatação de sentença condenatória em desfavor do paciente supera a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa.*

6. *Habeas corpus não conhecido (HC 371.928/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 19/5/2017).*

HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA.  
SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ORDINÁRIO.  
IMPOSSIBILIDADE. HOMICÍDIO QUALIFICADO. MOTIVO  
TORPE. CONCURSO DE AGENTES. QUADRILHA.  
PRISÃO PREVENTIVA. CUSTÓDIA MANTIDA EM SEDE  
DE PRONÚNCIA. SEGREGAÇÃO FUNDADA NO ART.  
312 DO CPP. CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO.

GRAVIDADE CONCRETA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. ACUSADO QUE RESPONDE A OUTROS PROCESSOS CRIMINAIS. REITERAÇÃO DELITIVA. RISCO CONCRETO. ACAUTELAMENTO DA ORDEM PÚBLICA. CUSTÓDIA MOTIVADA E NECESSÁRIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. COAÇÃO ILEGAL INEXISTENTE. WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

**4. O fato de o acusado responder a outros processos criminais é circunstância que revela sua periculosidade social e a inclinação ao cometimento de crimes, demonstrando a real possibilidade de que, solto, volte a delinquir, reforçando a necessidade da preventiva.**

5. Inviável a aplicação de cautelares alternativas quando a segregação se encontra justificada para acautelar o meio social, diante da gravidade efetiva do delito, evitando-se, com a medida, inclusive, a reprodução de fatos criminosos de igual natureza.

6. Condições pessoais favoráveis não têm, em princípio, o condão de, isoladamente, revogar a prisão cautelar, se há nos autos elementos suficientes a demonstrar a necessidade da custódia, como ocorre in casu.

7. Habeas corpus não conhecido (HC 367.833/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 19/12/2016).

Ressalto que o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça é no sentido de ser inaplicável medida cautelar alternativa quando as circunstâncias evidenciam que as providências menos gravosas seriam insuficientes para manutenção da ordem pública.

Nesse sentido:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDADO RECEIO DE REITERAÇÃO DELITIVA. INVIABILIDADE DE ANÁLISE DE POSSÍVEL PENA A SER APLICADA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. NÃO CABIMENTO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

**II - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.**

**III - Na hipótese, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos**

***extraídos dos autos, para a garantia da ordem pública, notadamente em razão de o recorrente ostentar registros criminais, tendo o d. juízo processante consignado que "a certidão de antecedentes criminais juntada ao evento 6, muito embora não demonstre seja tecnicamente reincidente, indica que estivesse se furtando à aplicação da lei penal, no que concerne a uma tentativa de homicídio por que foi denunciado (autos nº 0000125-30.2016.827.2701)", o que revela a probabilidade de repetição de condutas tidas por delituosas e justifica a imposição da segregação cautelar ante o fundado receio de reiteração delitiva. (Precedentes)***

***[...]***

***V - A presença de circunstâncias pessoais favoráveis, tais como ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de garantir a revogação da prisão se há nos autos elementos hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, como na hipótese. Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.***

***Habeas corpus não conhecido (HC 515.458/TO, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJe 19/12/2019).***

Nesse contexto, não verifico a presença de constrangimento ilegal capaz de justificar a revogação da custódia cautelar do paciente.

Ante o exposto, não conheço do presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik

Relator